

Ata da Vigésima Terceira Sessão Ordinária, do segundo ano da Décima Quinta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos quatorze de outubro de dois mil e quatorze, às dezenove horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Alfredo Chiavegato Neto. Vice-Presidente Sr. Adilson José Abracez. Secretárias Srs. Rita de Cássia Siste Bergamasco e Ângelo Roberto Torres (licenciado). Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou o Sr. Adilson José Abracez para proferir o seguinte texto: Salmo 113/112 versículos 1 a 7: “Louvai, louvai, ó servos do Senhor, louvai, louvai o nome do Senhor! Bendito seja o nome do Senhor, agora e por toda a eternidade! Do nascer do sol até o seu ocaso, louvado seja o nome do Senhor! O Senhor está acima das nações, sua glória vai além dos altos céus. Quem pode comparar-se ao nosso Deus, que se inclina para olhar o céu e a terra? Levanta da poeira o indigente e do lixo ele retira o pobrezinho.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, III, do Regimento Interno, combinado com o Art. 24, inciso III, § 2º da Lei Orgânica do Município, o Senhor Ângelo Roberto Torres, motivo pelo qual ocupou a cadeira desse Vereador, o seu Suplente, o Sr. Cristiano José Cecon, devidamente empossado no dia treze de outubro de 2014, no Gabinete do Presidente, apresentando seu Diploma Legal e as Declarações de Bens e de desincompatibilização. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: “Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos”, declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: primeiramente, o Sr. Presidente colocou em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura da Matéria Constante do Expediente: pela ordem, o Sr. David Hilário Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, II do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura, na íntegra, da matéria oriunda do Sr. Prefeito, do projeto, dos Requerimentos e das Indicações dos Senhores Vereadores, e das

correspondências de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; a seguir, em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, do Senhor Prefeito foram lidas as ementas dos seguintes ofícios: 1. Ofício SEGOV nº 630/2014, dando resposta ao Requerimento nº 132/2014 do Sr. Ângelo Roberto Torres solicitando informar quando serão colocadas a pia e a porta do Posto (UBS) no Bairro Roseira de Cima; 2. Ofício SEGOV nº 631/2014, dando resposta ao Requerimento nº 074/2013 da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco solicitando informações sobre as Políticas Públicas para o Idoso, no Município; 3. Ofício SEGOV nº 632/2014, dando resposta ao Requerimento nº 085/2013 do Sr. Gerson Antonio solicitando informações que especifica sobre as piscinas no Parque Serra Dourada (liberação das mesmas, segurança, tratamento, piso afundando, gasto com os reparos nos vazamentos, entre outra questão). A seguir dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposições: Projeto de Lei dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto e Gerson Antonio-Gerson do Gás, que regulamenta o uso de água tratada canalizada no âmbito do Município de Jaguariúna e dá outras providências, depois de lido foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; Requerimentos: 1. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando ao Executivo Municipal informar quando será concluído o asfalto da estrada do Japonês (rua Judite dos Santos Pinto), dando acesso ao Condomínio Jaguariúna II; 2. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando ao Executivo Municipal quando será realizada a manutenção nas quadras e pista de caminhada da Praça do bairro Imperial; 3. Do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Telefônica-Vivo a remoção de um poste de telefonia instalado bem em frente à entrada do Condomínio Panini, localizada na rua Antonio Pina, 10, no bairro Vila Jorge Zambom; 4. Do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal, informações relativas à Indicação nº 126/2013, de sua autoria, que solicitava pavimentação asfáltica na rua Tomaz Jasso esquina com a rua João Duarte Toledo, até o número 1260; 5. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações da possibilidade de inserir os alunos do PRONATEC no transporte escolar Municipal; 6. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando à FAJ – Faculdade de Jaguariúna informar se existe a possibilidade de implantar transporte escolar para os alunos do PRONATEC; 7. Do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando às Estâncias Metrôpolis Turismo e Viação Ltda. alteração das linhas de ônibus que fazem os bairros Floresta, Bom Jardim e Santo Antonio do Jardim, passando pelo bairro de Guedes indo até a Unidade Básica de Saúde. Indicações: 1. Do Sr. Fábio Augusto Pina

solicitando ao Executivo Municipal implantação de um ponto de ônibus com cobertura na estrada Judite dos Santos Pinto (estrada do Japonês), que atenda aos Condomínios Residenciais Jaguariúna I e II; 2. Do Sr. William de Souza Silva - Zidane solicitando ao Executivo Municipal substituição de todas as lâmpadas queimadas nos postes de iluminação pública da Praça Santa Cruz, bairro Santa Cruz; 3. Do Sr. Adilson José Abracez solicitando ao Executivo Municipal implantação de sinalização de solo e aérea nas lombadas da Avenida Pacífico Moneda, Bairro Vargeão. A seguir, foi lida na íntegra a Moção da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco de congratulações e louvor ao 3º Mega Evento “Fest Kids”, ocorrido em 4 de outubro, no Parque José Pires Junior, no bairro Florianópolis. Em seguida, foram lidas as ementas das seguintes correspondências de Diversos: 1. Ofício Circular GP nº 02/2014 do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo convidando para a apresentação do “I-EGM – Índice de Efetividade da Gestão Municipal”, nova metodologia do Tribunal de Contas para fiscalizar, orientar e divulgar o uso de recursos públicos pelos municípios, que acontecerá no dia 16 de outubro, das 9h30 às 13h00, no Salão nobre da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo; 2. Comunicado CM 268356/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município, no valor de R\$ 152.184,00; 3. Comunicado CM 268357/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município, no valor de R\$ 362.831,49; 4. Comunicado CM 268358/2014 do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação sobre liberação de verba ao Município, no valor de R\$ 30.000,00. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art. 154, alínea única, do Regimento Interno, alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: pela ordem, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu a palavra e apresentou requerimento verbal, baseado no Art. 243, I, e § 3º do Regimento Interno, solicitando que a votação das proposições acontecesse pelo processo simbólico, onde os que estivessem de acordo permaneceriam sentados, e os contrários se levantariam, visto o adiantado do Expediente; em discussão e votação o requerimento verbal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; a seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as proposições, pelo processo simbólico, conforme preceituava o § 1º do Artigo 243, do Regimento Interno, comunicando que os Vereadores que fossem favoráveis permanecessem sentados, e os que fossem contrários ficassem em pé: 1. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando ao Executivo Municipal informar quando será concluído o asfalto da estrada do

Japonês (rua Judite dos Santos Pinto), dando acesso ao Condomínio Jaguariúna II, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás, solicitando ao Executivo Municipal quando será realizada a manutenção nas quadras e pista de caminhada da Praça do bairro Imperial, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando à Telefônica-Vivo a remoção de um poste de telefonia instalado bem em frente à entrada do Condomínio Panini, localizada na rua Antonio Pina, 10, no bairro Vila Jorge Zambom, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Requerimento do Sr. Gerson Antonio – Gerson do Gás solicitando ao Executivo Municipal, informações relativas à Indicação nº 126/2013, de sua autoria, que solicitava pavimentação asfáltica na rua Tomaz Jasso esquina com a rua João Duarte Toledo, até o número 1260, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Requerimento do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando ao Executivo Municipal informações da possibilidade de inserir os alunos do PRONATEC no transporte escolar Municipal, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 6. Requerimento do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando à FAJ – Faculdade de Jaguariúna informar se existe a possibilidade de implantar transporte escolar para os alunos do PRONATEC, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 7. Requerimento do Sr. Romilson Nascimento Silva solicitando às Estâncias Metrópolis Turismo e Viação Ltda. alteração das linhas de ônibus que fazem os bairros Floresta, Bom Jardim e Santo Antonio do Jardim, passando pelo bairro de Guedes indo até a Unidade Básica de Saúde, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 8. Moção da Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco de congratulações e louvor ao 3º Mega Evento “Fest Kids”, ocorrido em 4 de outubro, no Parque José Pires Junior, no bairro Florianópolis, em votação, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos senhores Vereadores, seguindo ordem de inscrição em livro, versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra o senhor William de Souza Silva que a passou, tomou a palavra o senhor Adilson José Abracez, que cumprimentou a todos e disse que ele gostaria, primeiramente, de apresentar a presença do Vereador Cristiano Cecon que os honrava com a presença dele e que deixava feliz a todos e ele era merecedor daquele posto, pois ele trabalhou, ele participou de um processo democrático; desejou boas vindas; falou que ele só queria aproveitar que a sessão estava tranquila e dizer que ele entrou, novamente, com uma indicação sobre a sinalização de solo e placas na Avenida

Pacífico Moneda, porque lá na indicação, ele apresentava que a colocação de lombadas não era a melhor maneira deles disciplinarem o trânsito, mas ela era a mais efetiva que tinham, pois as pessoas tinham de se conscientizar que o bem público, a rodovia, a estrada, a rua, era para serem utilizadas por todos, pedestres e os motoristas, e eles não obedeciam e, com a colocação das lombadas e não tivesse a sinalização, eles colocavam em perigo porque poderia acontecer um acidente e poderia até ser fatal, então, ele gostaria que o Poder Executivo visse aquilo com carinho e desse o mínimo de manutenção; disse que estava faltando placas, eram cinco lombadas, só uma lombada tinha as placas completas e a pintura; ele entendia que lá tinha um problema de manutenção da pintura porque tinha muita areia no asfalto e era indispensável que se tivesse aquela sinalização, porque todos corriam perigo, era só isso que ele tinha para falar e agradeceu a todos; a seguir faria uso da palavra o senhor Alexandre da Silva Santos, que a passou; fez uso da palavra o senhor Cristiano José Cecon, que cumprimentou a todos e disse que era uma alegria e que, primeiramente, ele agradecia a Deus pela oportunidade, pela recepção que ele teve e ele gostaria de conseguir realizar os anseios da população, das pessoas que acreditaram nele; fez a leitura da seguinte carta que ele tinha feito: “É com muita alegria que hoje tenho a possibilidade de fazer parte desta Casa, mesmo que apenas por trinta dias, porém, não venho alimentar vaidades políticas ou pessoais, ou provar nada a ninguém, e sim ter a possibilidade de deixar uma herança para esta amada cidade que há cento e trinta anos acolheu minha família e hoje acolhe com muito carinho povos de todo o Brasil, dando-lhes oportunidades. Mesmo que meus projetos fiquem apenas no papel, mesmo assim não ficarei omissos do meu objetivo, de fazer parte dos homens que fizeram diferença para esta cidade; penso que chegou a hora de agirmos com menos ambições pessoais, pensarmos com mais compaixão nas classes que mais precisam e nos creditaram através dos seus votos, nos dando a oportunidade de aqui estarmos. Não esqueçamos que estamos construindo uma cidade para ser vivida por nossos sobrinhos, filhos, netos e bisnetos e não para a nossa eternidade pessoal. Minha luta dura apenas trinta dias e a dos senhores dura quatro anos, tempo suficiente para deixarmos nossos nomes na história desta cidade, não apenas como coadjuvantes, e sim, na página de ouro dos grandes idealizadores que ajudaram a construir o futuro e perpetuarão na lista dos grandes homens e mulheres de Jaguariúna. Obrigado”; disse que ele gostaria também, no seu primeiro dia de dar parabéns para a Secretaria de Esportes, o senhor Secretário Lebrão, o senhor diretor Fernando Beneduzi, a Flextronics, o SESI, a Prefeitura, porque eles fizeram uma parceria com o

SESI, onde estavam tendo o atendimento, o Futsal quatrocentas crianças, o futebol, trezentas e cinquenta crianças, o voleibol, cem crianças, o basquete sessenta, o vôlei de praia dezoito, a natação sessenta e sete, o atletismo setenta e sete, o Jui Jitsu cento e quarenta; disse que o mais importante era que todas aquelas crianças estavam passando por um exame médico que os pais preenchiam aquele questionário e o médico dava o respaldo de saúde para aquelas crianças, elas estavam fazendo exames de sangue, exames de eletro e eram grupos de crianças que, raramente, poderiam passar por um atendimento, só após adultos e, daquela forma, às vezes passar algum problema de saúde; comentou que, atualmente, tinham mil duzentas e doze crianças sendo atendidas, quase todas já passando pelos exames e o que ele achava, na opinião dele era que em três anos já estariam vendo os resultados, na qualidade de vida, na diminuição com custos de segurança e saúde e, conseqüentemente, uma população mais saudável resultava em prosperidade e crescimento ao Município; agradeceu a todos que estavam naquele projeto; a seguir, tomariam a palavra os senhores David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, que a passaram; tomou a palavra o senhor Romilson Nascimento Silva, que cumprimentou a todos dizendo que ele queria abrir a fala dele dando boas vindas ao colega Vereador Cristiano Cecon, que, com certeza, naqueles trinta dias ia representar bem os eleitores e, conseqüentemente, o Município; disse que ele queria dar início, como ele falou na semana passada, dando destaque em dois requerimentos referentes ao transportes do PRONATEC e que era sabido por todos que os alunos do PRONATEC não estavam sendo atendidos pelo transporte público do Município, e ele queria pedir mais uma vez para a Secretaria competente, que tentasse sanar aquele problema lá, para que os alunos fossem atendidos, estava tendo uma desistência muito grande no Município e era como ele falou, que não valia a pena eles colocarem um projeto, um benefício e eles não terem como fazer com que as pessoas chegassem até ele, acabava sendo desperdício das pessoas, estava tendo desistência, eles estavam tendo que subsidiar do próprio bolso, aquela ida e vinda, ele sabia que ficava pesado e que as pessoas tinham seus compromissos do mês e era complicado; falou que ele colocou um requerimento em relação ao bairros Floresta, Bom Jardim, Santo Antonio do Jardim, e que aqueles três bairros foram deslocados para serem atendidos na UBS do Guedes e eles estavam tendo um problema que o ônibus na vinda dos três bairros, sentido Rodoviária, ele não passava lá pela ponte, ele ia pela ponte e os moradores tinham de descer na ponte e fazer aquele trajeto a pé, daí

acabava atrasando os horários de consulta, sem contar a distância, que quisessem ou não era um pouco longe e com o calor, era pior; disse, então, que ele gostaria de pedir para a empresa que atendesse aquela solicitação daqueles munícipes para que o ônibus passasse pelo Guedes, porque ele achava que em cinco minutos ele fazia aquele trajeto e voltava; agradeceu a todos e desejou boa noite; a seguir, tomou a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto, que cumprimentou a todos dizendo que, primeiramente, ele gostaria também de dar as boas vindas ao Cristiano Cecon e disse que era um prazer tê-lo naquela Casa como Vereador e ele acreditava que ser Vereador muitos queriam, poucos se candidatavam, muito menos se elegiam, então para o senhor Cecon, ele poderia ter a certeza de que seria uma satisfação pessoal e deles também, em tê-lo na Casa e conviver com ele o pouco tempo que ele teria de mandato; e que ele mesmo tinha dito na posse dele no dia anterior, que ele gostaria de plantar algumas raízes; falou que eles sabiam que ele, independentemente, da política, fazia um trabalho social muito bom junto às crianças, junto ao esporte e eram pessoas daquela forma que faziam um Município melhor e ele sabia, não só através da política, eles poderiam fazer algo pelo Município e ele sabia que tinha muita gente da população que fazia aquele trabalho no anonimato e com aquilo acabava de vez em quando tendo o reconhecimento por parte da sociedade; disse que ele tinha a certeza de que o avô do senhor Cristiano, o senhor Pedrão Lana estava lá em cima, com bons olhos, olhando para ele, por toda a família dele, com a satisfação de ter um neto sentado naquela Casa, e ele voltava a dizer que ele tinha a certeza de que ele estava se sentindo orgulhoso daquilo e era mesmo; disse que, para eles que poderiam exercer um cargo onde a população depositava neles toda a esperança de uma melhoria na qualidade de vida da sociedade, então, ele esperava que o senhor Cristiano apresentasse as idéias dele, se elas não prosperassem porque ele não teria tempo hábil, ele tinha a certeza de que vários Vereadores na Casa poderiam ser os mentores delas e levá-las à diante; pediu para que ele fizesse o trabalho dele com afinco, como ele sempre fez na vida pessoal dele e ele tinha a certeza de que ele deixaria a raiz dele plantada lá naquela Casa; desejou de novo boas vindas e disse esperar que ele convivesse com eles naquele pouco período de uma forma bem amistosa e que seria um prazer tê-lo lá como companheiros; comentou que o Romilson tinha falado com relação aos horários de ônibus e que era interessante como as pessoas que estavam querendo se locomover até o UBS do Guedes, realmente, eles sabiam que lá até para virar um ônibus era complicado e ele queria só entender quem, realmente, teve a infeliz idéia de colocar um posto de saúde lá no final do Guedes e que, sinceramente, ficava complicado eles

ficarem pensando naquilo, porque tinha uma obra lá, mas eles sabiam de toda mobilidade que tinha de acontecer para que as pessoas pudessem usufruir daquele espaço e, infelizmente, tinha sido uma escolha mal feita, aquela UBS deveria ser situada próxima da fazenda da Barra, que seria o melhor local e era o local onde estaria pelos gestores municipais e, infelizmente, alguém lá num relapso ou lapso de inteligência achou que seria o melhor lugar para atender toda aquela população, então ele esperava que a Administração voltasse, realmente, os olhos para as pessoas que precisavam ter acesso àquele local, então, tinha sido muito bem lembrado e ele esperava que, com os clamores a própria empresa colocasse uma linha que os ônibus virassem lá para cima do campo, onde tinha o acesso à UBS, então, ele esperava que pudessem solucionar aquilo o quanto antes; falou a todos que ele teve a oportunidade, juntamente, com o companheiro Gerson do Gás, de entrar com um projeto naquela Casa, naquela sessão, com relação a algo que estava preocupando muito, não só o Município de Jaguariúna, mas todo o Estado de São Paulo, que era o combate ao desperdício de água no Município e por coincidência, naquele dia, o Executivo tinha apresentado um projeto na Casa, que ele teve a oportunidade de distribuir a todos os colegas para que dessem uma lida, haja vista a premente necessidade rápida de tomarem iniciativa naquela área, ele gostaria de solicitar após um debate com os nobres Pares, após o uso da palavra, se eles conseguissem fazer uma sessão extraordinária para votarem aquele projeto ainda naquele dia, e se aquilo acontecesse, ele faria um requerimento e ele já tinha falado com o Gerson, também, para eles retirarem o projeto deles, porque o projeto deles também era em detrimento ao projeto do Executivo, por eles terem protocolado primeiro, mas eles percebiam que o projeto do Executivo estava mais completo do que aquele que eles tinham apresentado; disse que era lógico que da forma que eles apresentaram na Casa seria submetido às Comissões e as Comissões poderiam apresentar emendas, enfim, mas ele achava que se demorassem para tomarem uma iniciativa, a natureza estava correndo um risco maior, então, ele gostaria de uma audiência com os nobre Pares, para que logo após aquela sessão, eles pudessem fazer uma sessão extraordinária para votarem aquele projeto ainda naquele dia, realmente, só estava punindo as pessoas que estavam fazendo uso indevido da água, através de uma fiscalização mais eficiente; pediu aos pares que dessem uma lida para depois poderem discutir; desejou uma boa noite a todos. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a

feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Adilson José Abracez, Alexandre da Silva Santos, Alfredo Chiavegato Neto, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Fábio Augusto Pina, Gerson Antonio, Luiz Carlos de Campos, Luiz Gustavo Gothardo, Rita de Cássia Siste Bergamasco, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva e William de Souza Silva. Encontrava-se em licença de Vereador, conforme o Art. 311, III, do Regimento Interno, combinado com o Art. 24, inciso III, § 2º da Lei Orgânica do Município, o Senhor Ângelo Roberto Torres. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão foi apreciado o Projeto de Resolução nº 001/2014 da Mesa da Câmara Municipal que dispõe sobre a substituição do Anexo nº II, da Resolução nº 103, de 03 de março de 2000. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, III do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em discussão pediu a palavra o senhor Alfredo Chiavegato Neto, dizendo que ele só gostaria de falar aos nobres pares, com relação àquele projeto, que através do relatório das contas de dois mil e doze, foi solicitado pelo Ministério Público do Tribunal de Contas, que a Câmara apresentasse um projeto de resolução alterando o quadro de servidores do Município da Câmara Municipal, no que tangia ao grau de escolaridade dos Assessores, pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público do Tribunal de Contas que estavam exigindo que os assessores parlamentares tivessem nível superior e ele esteve em reunião com o Promotor do Ministério Público de Contas, da qual ele propôs a ele que daria um problema se eles tomassem uma medida imediata, em virtude dos assessores que já existiam na Casa, e ele solicitou a ele para que eles pudessem fazer um projeto de resolução onde os assessores parlamentares, a partir de dois mil e dezessete, na próxima legislatura, tivessem nível superior e foi aquilo que ele tinha apresentado; disse que achou uma iniciativa da parte dele louvável e que se aquilo ocorresse ele ia notificar todo o Ministério Público de Contas de que eles tinham tomado uma iniciativa para sanar o problema que foi apontado nas contas do ex presidente da Casa, mas aquela sugestão apresentada por ele poderia ser que o Tribunal aceitasse como poderia ser que não aceitasse, também, porque eles queriam uma atitude eminente e, no momento, que eles foram notificados que tinha sido em agosto de dois mil e catorze, então, ele sabia que havia uma grande preocupação por parte dos nobres pares com relação aos seus Assessores, mas ele voltava a dizer que ele gostaria de solicitar o apoio naquela decisão, haja visto que seria só para o próximo mandato, nada garantia que eles estariam lá numa próxima legislatura,

era lógico que a eleição chegaria e todos seriam candidatos, enfim, mas tanto eles como os assessores parlamentares que ingressariam na Casa, saberiam das condições para serem assessores parlamentares, que seria só por concurso público, só terem nível superior, então, ele pediria aos nobres pares para que levassem em consideração aquela determinação; disse que ele não fez aquilo ao seu bel prazer, ele tinha também um certo comprometimento com as pessoas e também com os assessores, e ele sabia das dificuldades de todos, mas eles estavam dando um prazo para que aquilo acontecesse, e ele pediria aos nobres pares para que eles votassem favoráveis e ele sabia que ainda havia a necessidade, a idéia de se propor que o projeto não fosse em nível superior, fosse secundário, médio, não era aquilo que o Tribunal de Justiça estava solicitando, era só nível superior, então, ele não sabia se aquilo também, e era o Ministério Público, através de uma decisão do Tribunal de Justiça, era um ponto pacífico já por parte dos julgadores de contas; disse que a responsabilidade seria dele, não era de nenhum Vereador se votassem favoráveis, se votassem contrários, e a única preocupação dele era se dessem um entendimento de que tudo aquilo que eles estavam lá fazendo era algo que estavam forjando, ele apresentava, votava contra e ficava com aquilo mesmo; então, a proposta de ser na próxima legislatura ele achou algo viável no momento e o pessoal lá aceitou, a única coisa que aconteceu era que ia notificar o Ministério Público, ia colocar para todos os Promotores, a decisão que a Casa tomou, em vontade daquilo que eles pleiteavam, sem prejudicar os atuais assessores; numa próxima legislatura, aquilo ia chegar à tona e cabia ao Vereador eleito escolher o seu assessor e aquela pessoa ter um curso superior, então, estava aberta a discussão e ele até falando lá disse para tirarem o projeto para discutirem posteriormente, mas, particularmente, ele não via o porquê, eles tinham um entendimento, não cabia uma emenda diminuindo o nível de escolaridade, e eles tinham de votar e a única coisa que ele achava que não ia fazer era notificar o Tribunal de Contas que ele tinha feito daquela forma, ele deixava lá e usava como defesa posteriormente; não haveria eventual problema de contas, mas enfim, era uma determinação que ele estava tentando seguir à risca e ele entendia que não prejudicaria ninguém, e voltava a dizer que teriam um outro período, teria um interstício e uma eleição da qual eles não saberiam se seriam eleitos ou não, mas era uma medida que a Casa tomava em virtude da solicitação do Ministério Público de Contas; a seguir, pediu a palavra o senhor Fábio Augusto Pina que cumprimento a todos e disse que ele ia lá utilizar a tribuna e dizer que ele entendia o posicionamento do Presidente, não concordava com o Tribunal de Contas, ele ia votar contrário ao projeto, como

ele já tinha votado outros pareceres das contas de dois mil e sete do Tribunal de Contas, do Executivo, ele votou contrário e procurar o Judiciário para resolver; disse que ele entendia que ele estava fazendo a parte dele, era louvável, respeitável, mas ele também entendia que existiam muitos assessores discordando do Tribunal de Contas, do Ministério Público, com capacidade de atender à população, com bastante educação, bastante conhecimento e existia, também, a faculdade da vida, que não era fácil ser assessor de vereador, era o dia inteiro correndo, então, ele queria lá pedir desculpas ao Presidente, pedir desculpas aos nobres Vereadores, mas aquele era o entendimento dele e disse que ele já votou contrário e existia o Judiciário para decidir e ele, também, sabia que existia o ônus e o bônus de ser Presidente, ele só queria deixar lá a opinião dele; em seguida, o senhor Presidente disse que ele só queria lembrar que as contas da Câmara ninguém votava, o Tribunal já votava favorável ou contrário; a seguir, pediu, novamente, a palavra o senhor Fábio Augusto Pina, dizendo que ele só queria lembrar que o Presidente já teve conta rejeitada na Câmara e ganhou na Justiça e o Ministério Público arquivou, só aquilo; então a Justiça decidiu e ele também não estava errado; a seguir, pediu a palavra o senhor William de Souza Silva, que cumprimentou a todos e disse que, primeiramente, ele deixava lá os cumprimentos dele ao senhor Presidente, pela iniciativa de estar lá cumprindo a decisão do Ministério Público e ter desempenhado lá no exercício das funções dele, como Presidente, com afinco o entendimento e as normativas passadas do Tribunal de Contas, mas pedia vênias para discordar do senhor Presidente porque no entendimento dele, o Tribunal de Contas era um Órgão opinativo, e tinham aquelas condutas nos julgamentos que faziam inclusive nas contas do Executivo, tinham pareceres favoráveis nos julgamentos das contas e votavam muitas vezes decisões contrárias; disse que o Ministério Público de Contas, também, era um Órgão que pelo que ele tinha lido, ele indicou ao Tribunal que o Tribunal adotasse aquele tipo de postura, mas ele via como legitimidade do próprio Ministério Público que ele poderia ingressar com uma ação obrigando as Câmaras Municipais a tomarem aquele tipo de conduta, então, em defesa do Presidente, ele seria também o primeiro se o Presidente ficasse lá em uma saia justa, e eles de uma forma leviana tomassem algum tipo de decisão fossem prejudicar o Presidente, eles seriam levianos, irresponsáveis com o Presidente, elegeram o Presidente para administrar os atos deles e o colocaram naquela fogueira, mas ele via que aquilo não era requisito de rejeição das contas, poderia até ter um entendimento, como o nobre colega Fábio Pina, que o antecedeu, tinha colocado, que tinham lá a Justiça para decidir como o dito, tinham a Justiça e o

Ministério Público para ingressar com a ação e fazer as devidas providências para impor à Câmara em decisão judicial e eles discutirem lá sim, e teriam de cumprir; então, ele acabava até discutindo com o senhor Presidente que era uma discrepância, onde o Presidente do País não precisava ter curso superior ou muitos cargos até mesmo vereador não precisava ter curso superior, então, era uma discrepância e ele gostaria até que aquele projeto fosse uma forma de incentivo, fosse proposto até na questão da remuneração, tinha de ser discutido como colocariam pessoas de cursos superiores com aqueles salários de assessores, que aliás era mais baixo que do próprio Executivo e por falar em Executivo, tinha assessor dois na Prefeitura que não tinham curso superior, e as normativas não chegavam na Prefeitura, chegavam na Câmara Municipal; disse que ele lamentava ver aquele tipo de decisão de discussão, e que ele respeitava o senhor Promotor, mas o Sr. Promotor não era Vereador, o Sr. Promotor não sabia lá da realidade da Casa, não conseguiam com aquele salário, ainda, levar pessoas de curso superior que desempenharam recursos próprios para se formarem e se submeterem a um salário daquele, então, ainda tinham, muitas pessoas boas e capacitadas para desempenhar com aquele tipo de requisito e ele via lá nos entendimentos que eles frisavam sempre a questão de capacitação técnica e não era exigida para os assessores; falavam lá nas ementas de chefes de gabinetes e outros cargos, não falava na realidade da Casa e essa realidade tinha de discutir com a população, e se tivessem que mexer na questão salarial, geraria um impacto no orçamento, seriam até criticados, mas também era uma abertura do próprio Promotor para os ajudar e deixar claro que precisariam, sim, de um cargo técnico para cada Vereador, para eles poderem discutir muitos dos projetos e poder melhorar a qualidade das discussões na Câmara, então, aquele projeto ao ver dele, ele pedia desculpas ao Presidente, ele não poderia acompanhar aquele entendimento que era equívoco e era opinativo e tinham autonomia para decidirem o que era melhor lá para a Câmara e em benefício da sociedade; então, ele votava contrário àquele projeto de lei; agradeceu a atenção de todos; em seguida, pediu a palavra a senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco dizendo que como o projeto era de ordem da Mesa, ela só queria completar e achava que o Zidane tinha explanado bem, que no País existiam algumas contradições, então, se exigia o nível superior para o assessor parlamentar da Câmara Municipal, ela não sabia se aquela era uma exigência para assessor parlamentar para deputados estadual, federal, então, era complicado aquilo, não se exigia para ser candidato a nada, exigia ser alfabetizado e exigia para a Câmara Municipal que o assessor tivesse nível universitário, então, era um pouco incoerente; a seguir, o senhor Presidente

disse que o que eles falavam era que o cargo de assessoramento tinha de ter um conhecimento para poder assessorar, era aquele o entendimento e do Tribunal de Justiça que quem assessorava entendia que tinha mais conhecimento do que o assessorado, então, aquele era o X da questão, então ele estava tentando pegar no processo, ele achava que tinha uma folha do parecer do Tribunal de Contas que não estava encontrando, onde ele falava veementemente que o fato de rejeição de contas, ia ser, por isso que ele estava pedindo a compreensão dos nobres Pares e ele sabia que tinha a Justiça, tinha a defesa e tal, mas se ele tivesse a tranquilidade que as contas fossem para a Câmara, as da Casa para serem julgadas, ele tinha a certeza de que a Câmara naquele ponto estaria junto e não teria problema com relação àquilo, mas não chegava à Câmara as contas do Presidente da Mesa, elas já eram votadas, não eram opinativas, a Câmara, realmente, já eram para aprovação ou rejeição e o que eles estavam alertando lá que aquilo era ensejamento de rejeição de contas, mas ele achava que para tudo tinha uma discussão e tinha de haver uma discussão e ele respeitava a opinião dos nobres Pares, estava fazendo a sua solicitação a todos que votassem conscientemente, sem menosprezar nenhum assessor, pelo amor de Deus, exclamou, não era aquela a intenção dele e todos sabiam da real situação dele também, e ele tinha o maior apreço por todos e, realmente, era uma posição que ele tinha de tomar em virtude dele estar no cargo, ele respeitava a opinião e estava lá defendendo a dele, também; a seguir, pediu, novamente, a palavra o senhor William de Souza Silva, dizendo que ele só gostaria de finalizar falando que ele, numa posição, se tivesse a oportunidade de estar no lugar do Presidente, ele ficaria confortavelmente tranquilo, e ele tinha a certeza de que o Presidente ia ficar, até porque ele ia ter em mãos uma carta, a melhor carta possível de defesa que seria o julgamento do Plenário e se o Plenário decidiu contra, não poderia o Presidente ser penalizado pelo Órgão onde a decisão ultrapassava os limites da decisão do Presidente, até porque se o Plenário discordasse da decisão, cabia ao Tribunal de Contas buscar no Judiciário e derrubar a decisão do Plenário e dependeria apenas dos atos do Presidente, ai sim, o Presidente teria a tranquilidade, até o medo de ter qualquer tipo de ação punitiva, mas lá dependia do entendimento do Plenário e se fosse contrário àquele projeto, o Presidente teria um documento muito importante para apresentar ao Tribunal e, já desculpando a humilde colocação e respeitando o competente corpo Jurídico, de apresentar e falar ao Tribunal que, infelizmente, o Plenário discordava da decisão dele, e ele não poderia fazer nada, porque o Plenário foi contra; disse que ele gostaria de finalizar com aquela ressalva e mais uma vez agradecer a atenção de todos; em seguida, pediu, novamente, a

palavra o senhor Adilson José Abracez que cumprimentou a todos os presentes, dizendo que, realmente, aquela era uma discussão técnica jurídica, então, ele não era a pessoa indicada naquela área e ele achava que o Promotor estava cometendo uma ingerência, porque acima de tudo aos princípios democráticos, eles não poderiam exigir que o cidadão brasileiro tivesse algum curso para concorrer a uma eleição, porque seria uma discriminação, seria uma elite, sempre com uma elite, nunca teria a oportunidade dos mais humildes que teriam boas intenções, grandes idéias, patriotismo, cidadania e estariam excluídos em participarem das discussões dos Municípios, do Estado e da Nação, então ele achava uma ingerência, ele achava que cabia à soberania da Câmara decidir, mas ele não conseguia assimilar todas as questões jurídicas lá, ele esperava que o Presidente esclarecesse, porque ele assinou aquele ato da Mesa, aquela proposta, junto com a Mesa, então ele ia estar junto com o Presidente, ele tinha aquela dificuldade de entender, dentro dos princípios dele, que ele entendia a democracia, que ele entendia a política, ele achava que era uma ingerência, e afetava a soberania da Câmara mas, em princípio, ele estava apoiando a Mesa, até porque eles participaram daquela proposta; a seguir, pediu a palavra o senhor Romilson Nascimento Silva, que depois de cumprimentar a todos disse que ele queria pegar a parte da fala do senhor Adilson Abracez e, realmente, concordar com ele, ele achava que ficava estranho eles partirem do princípio, exigir o nível superior, estender também, um pouco para o candidato e como seria a seleção e o entendimento da população em relação ao superior; questionou se excluiriam os líderes que tinham espalhados na cidade, nos bairros, como eles fariam, eles iam pegar os líderes que tinham a credibilidade da população, para que foram eleitos e iam substituir? Disse que ele não conseguia ter um entendimento naquele sentido, ele não conseguia ter aquela transferência de valores e de credibilidade e ele estendia, também, para o assessor, independente do dele ter ou não, ele achava complicado, ele achava que eles até passariam um desânimo para os assessores, independente se ele ia continuar ou não, se ele ia ser candidato ou não, achava que no momento, todo mundo trabalhava com motivação e a partir do momento que ia ter aquele campo lá, era complicado, então, ele concordava com o Zidane, teria de estender mais aquela discussão, e em nenhum momento ele queria prejudicar o Presidente no âmbito do trabalho dele, mas ele estava numa saia justa em relação àquele projeto e que, inicialmente, ele votaria contra, porque estava um pouco incoerente aquele projeto; a seguir, o senhor Presidente disse que ele queria deixar todos os pares à vontade quanto à decisão lá proferida e voltava a dizer que o entendimento que ele teve, a oportunidade de estar mais ciente, ele

não conhecia o problema e era um fato novo, também para ele, que tinha sido Vereador e naquele momento Presidente das contas que tinham chegado na Casa em agosto de dois mil e catorze, das contas de dois mil e doze, então, ele deixava a todos tranquilos para decidirem da melhor maneira possível, ele sabia das responsabilidades dele e sabia, também, que o parecer de contas, das contas do legislativo, se ele fosse aprovado ou rejeitado, ele era imutável, não era opinativo, aquilo que ele só queria deixar claro para todos, ele era passível de discussão, sim, junto ao Tribunal de Contas no momento em que tivessem o direito de defender o arguido nas contas mas, depois da decisão proferida, mesmo eles sabendo que erraram, eles não voltavam atrás; disse que teve um caso daquela forma, ele entrou na Justiça para provar aquilo que ele estavam falando, a Justiça foi a favor, e mesmo pedindo para terem uma reconsideração com as contas do exercício de dois mil, dois mil e um, ele não se lembrava, e mesmo assim, eles não voltaram atrás, então, a partir do momento que eles proferissem a decisão, era sim ou não, eles não mudavam mais, mas ele deixava a todos tranquilos para que votassem da melhor maneira possível, e era uma sugestão do Tribunal para que os assessores, e aquilo se não acontecesse naquele momento, ia acontecer futuramente, aquilo estava sendo tomado frente a todas as Câmara Municipais que tinham assessores, muitas delas estavam sendo obrigadas a diminuir o número de assessores, eram várias, ele esteve em reuniões do Parlamento Metropolitano e todos os presidentes de Câmaras estavam com aquele problema, na Câmara de Jaguariúna, não, porque ela era enxuta e só tinha um assessor para cada parlamentar, mas em Câmaras como Hortolândia, Sumaré, Paulínia, os caras estavam sofrendo processo de redução, justamente pelo fato do funcionário ser um funcionário em comissão, também, e eles gostariam que os assessores parlamentares fossem concursados e aquilo já era algo que parecia impossível, mas ia chegar o momento que aquilo seria exigido também, e com relação aos valores, ele não mudou nos valores, porque como o projeto era só para dois mil e dezessete, naquele momento seria oportuno rever os valores, porque ele também concordava que um assessor parlamentar de nível superior, não ingressaria na Casa por um salário de dois mil e poucos reais, que era o que recebiam, então, ele voltava a dizer que não foi alterado naquele momento porque a lei só entraria em vigor em dois mil e dezessete; em seguida, pediu a palavra o senhor Luiz Gustavo Gothardo, que cumprimentou os presentes, e concedeu, naquele momento, um aparte ao senhor Presidente, o qual disse que ele estava procurando no projeto de lei, que não estava achando uma folha que era do Tribunal de Contas e ele pegou a folha lá e ele só gostaria de ler aos nobres vereadores o seguinte: “Ante ao

exposto, o Parquet de Contas, no exercício de sua função constitucional de custos legis, observada a adequação da instrução processual, com o respeito das garantias do contraditório e da ampla defesa, com a suficiência dos elementos probatórios coligidos aos autos, opina regularidade, com ressalvas, das contas da Câmara em exame, vez que as Contas apresentam-se dentro dos padrões esperados pelo Tribunal de Contas de São Paulo, ressaltando a necessidade da expedição de determinação e recomendações. Com o fito de prevenir a repetição das ocorrências defeituosas verificadas, é pertinente que a Justiça de Contas, na forma do art. 35 da LCE 709/93, efetue a seguinte determinação, desde já alertando que seu descumprimento poderá eventualmente ensejar a irregularidade insanável das contas futuras em virtude da reincidência específica, além da imposição de multa e caracterização de dolo para configuração de ato de improbidade administrativa deflagrador da pecha da inelegibilidade, nos termos do art. 1º, inciso I, alínea “g” da LC 64/90, diante da ciência do gestor público quanto ao ato impugnado. Quadro de Pessoal – fixe as atribuições dos cargos em comissão conforme o descrito no inciso V, art. 37 da CF e exija que o interessado em preencher os cargos em comissão de Assessor Parlamentar detenha diploma de formação em curso superior específico.” disse naquele momento que, então, o Tribunal estava sendo bem enfático lá, naquilo que podia ensejar para o gestor que não tomasse as devidas precauções, continuou... “Os achados de auditoria que não comprometeram as contas (seja considerando o pequeno impacto na globalidade das contas, seja considerando as justificativas apresentadas na defesa, seja por primar pelo caráter pedagógico da atuação desta Justiça de Contas) podem ser tratados como recomendações a serem expedidas no parecer para aprimorar a gestão da vereança”; falou que seria isso que foi dito pelo Ministério Público de Contas, então, estava lá a disposição e que ele não estava no projeto porque no tirarem o Xerox, não tiraram a folha sessenta e oito que era onde falava daquilo que poderia ser imputado ao Presidente da Câmara, se ele não tomasse a devida providência, então, era ato de improbidade, realmente, mas ele voltava a dizer para ficarem tranquilos com a decisão dos nobres pares e ele tinha a certeza de que a decisão tomada lá, eles tinham de respeitar o Plenário, mas falar que era para uma próxima legislatura e quem garantia que eles estariam lá na próxima legislatura; a seguir, voltando a usar a palavra, o senhor Luiz Gustavo Gothardo disse que naquele momento, com mais aquela informação e as informações que antecederam dos outros que já tinham falado, mas era uma situação difícil, porque não era uma obrigação como um cargo de assessor, que viesse por concurso, e eles mudarem uma coisa que não era uma obrigação, ele não sabia

da onde surgiu, naquele momento, e ele sabia que poderia já ter sido obrigado antes deles acertarem os assessores, e ele não estava falando pelos deles, mas aquela obrigação que eles estavam querendo por, se fosse uma obrigação, que fosse já uma coisa estipulada, ele sabia que estavam tentando passar para o Presidente, então, eles iam na Justiça, se fosse uma obrigação, eles iam e faziam, como todo o resto dos cargos que ocupavam a Câmara, se fosse por concurso futuramente, que daquela forma fosse, mas ele achava que naquele momento tinham os colocado em uma saia justa, e muito mais o Presidente; o senhor Presidente disse que o que eles poderiam sugerir, também, e ele não sabia, mas ele achava, também, que os Assessores tinham de estar cientes e se prepararem, e eles poderiam colocar a partir de dois mil e dezessete, segundo grau e a partir de dois mil e vinte e um, curso superior, dava tempo de estudar, e uma hora ia acontecer aquilo e era uma decisão que teriam de tomar lá, naquele momento, e ele estava falando como uma sugestão de apresentar um projeto, como uma medida para dois mil e dezessete segundo grau e para dois mil e vinte e um, nível superior, era uma proposta que os Vereadores tinham de apresentar no projeto de resolução e votarem; disse que ele achava que estavam sinalizando como algo que achavam uma ingerência, mas estavam apresentando uma solução, e ele voltava a dizer que quem garantia que eles estariam lá no próximo e no outro mandato, ainda, mas era uma possibilidade de estarem lá apresentando soluções; a seguir, pediu a palavra o senhor Luiz Carlos de Campos, que depois de cumprimentar a todos, deu boas vindas ao senhor Cristiano Cecon, cumprimentou seu sobrinho Renatão que estava na Casa e disse que ele ia concordar no que o Adilson tinha falado, que ele achava que era uma ingerência do Ministério Público de Contas em relação àquela imposição e ele até acreditava que tinha de servir de alerta para os Assessores que estavam na Casa e outros que pretendiam numa próxima legislatura desempenhar aquela função, para que fizessem uma faculdade, porque de qualquer forma iam estar ganhando, ganhando conhecimento, além de qualquer coisa, e a possibilidade de, também, como o Fred falou lá, com cargo superior, uma remuneração melhor para os assessores, mas ele pensava que aquilo deveria ser para o Brasil todo, então, que se fizesse uma lei federal que serviria para o Brasil todo, como a Rita falou lá; eles não sabiam se na Assembléia Legislativa todos os assessores tinham nível superior, no caso, no Senado Federal, na Câmara dos Deputados, então, que eles fizessem uma lei federal, que valesse para o Brasil todo e que talvez aquilo estivesse sendo cobrado somente no Estado de São Paulo, eles não sabiam, e as comissões deram parecer favorável, porque se todas as comissões que deram o parecer, dessem o parecer contrário, o projeto

teria sido arquivado pelo Presidente da Câmara, nem teria ido lá para a discussão em Plenário, e era só mais aquela informação que ele queria passar; disse que os Vereadores já estavam naquele pensamento, ele entendia a posição do Presidente, ele entendia as cobranças do Tribunal de Contas, mas ele achava, também, que era uma ingerência, então, que fizessem uma lei federal, colocasse lá para votar, daí era para o Brasil todo; a seguir, pediu, novamente, a palavra a senhora Rita de Cássia Siste Bergamasco, dizendo que ela só queria colocar que mesmo fazendo parte da Mesa, o projeto partiu da Mesa, o voto dela era contrário; pediu desculpas ao senhor Presidente; em seguida, pediu, novamente, a palavra o senhor William de Souza Silva, que disse que fazendo alusão ao comentário do nobre colega, o Vereador Guga, ele finalizava dizendo, justamente, pegando um gancho do nobre colega Vereador, que tratava-se de uma recomendação, não era uma imposição, então, se não houve uma imposição, eles não estavam lá ferindo nenhum tipo de (naquele momento o senhor Presidente disse que quem avisava amigo era); o senhor William continuou dizendo que ele até mesmo leu, escutou bem com a perfeita audição que ele tinha e que o Presidente tinha lido lá, em atendimento à Lei Orgânica e recomendações do Tribunal, encaminhar intempestivamente as atribuições ao sistema e atendessem às instruções e recomendações exaradas por aquela egrégia corte, então, ele recomendou e eles não eram obrigados a cumprir, até era mesmo uma ingerência e ele convidava os colegas do Tribunal de Contas a serem Vereadores, participarem de uma eleição, desempenharem o mandato e não irem lá ingerir, como muitos julgadores do Tribunal de Contas deveriam ter sido parlamentares, deveriam ter feito parte do Executivo e não fizeram e chegaram no ingresso ao Tribunal de Contas, então, eles não tinham de ter nenhum receio para aquele julgamento, era um julgamento tranquilo e o senhor Presidente estava calçado com um sapato bem confortável, porque ele tinha a decisão do Plenário, se caso fosse aquele o entendimento contrário, e não ia, de certa forma, teriam outras coisas mais graves e ele achava que o Tribunal de Contas deveria se ater aos excessos, aos gastos excessivos, aos gastos irregulares e aquele tipo de situação era questão de entendimento e questões administrativas da Câmara, só eles, Vereadores, que estavam no dia a dia, sabiam a realidade, não tinham condições de discussões para orçamento, para melhorar os salários, seria um incentivo aos assessores se eles soubessem que o salário seria mais alto, em até participar de uma faculdade e quiçá aqueles valores darem para o sujeito manter os seus afazeres pessoais e, ainda mais, pagar uma faculdade, mesmo sendo em cursos na questão de bolsas e os programas que o Executivo oferecia, então, havia, tranquilidade, mas era uma

brecha para eles, Vereadores, proporem um cargo técnico, daí o Tribunal ia esperar, daí o Presidente, também, ia ter de pulso, e iam propor aos Vereadores, a qualidade melhoraria para todos os Vereadores, principalmente, como bem colocou o colega Vereador Adilson, não que o da Casa não desempenhasse, mas se ele tivesse um Jurídico próprio para esclarecer as dúvidas, ele ficaria confortável, aquela era a importância e muitas Câmaras tinham, muitas Câmaras tinham verba de gabinete, onde os Vereadores destinavam seus próprios, colocavam lá onde seriam gastos e prestavam as contas; muitos presidentes achavam que não era necessário ter aquilo, outros entendiam, e até aquele dia ele não viu nenhum presidente punido por aquilo, então, era uma questão que dependia do Plenário, dependia de cada Vereador ver como estava o seu dia a dia, o que eles tinham que fazer para melhorar a qualidade dos serviços e prestarem um excelente serviço para a sociedade; não tinham de ter receio e ele não tinha, e ele colocava o carro à frente, se o Presidente fosse chamado no Tribunal, para eles irem lá na defesa dele e ele seria o primeiro lá a brigar com o Ministro do Tribunal de Contas; agradeceu a atenção de todos; a seguir, o senhor Presidente agradeceu e disse que ele gostaria que eles finalizassem e disse a todos que o entendimento do Tribunal de Contas era que o cargo de assessor parlamentar, como o cargo a ser ocupado em comissão, direção, chefia, ou assessoramento, devia ter como requisito, o conhecimento demonstrado através de ensino superior, por isso, também, que a Constituição Federal permitia que aqueles cargos fossem assumidos sem concurso público, então, tinha todo um entendimento para que aqueles cargos fossem por concurso público e de livre nomeação, por concurso público, não, por nomeação e pelo menos tivesse nível superior, mas, enfim, finalizou a discussão e colocou em votação referido projeto. A seguir, em votação o Projeto de Resolução nº 001/2014 da Mesa da Câmara Municipal que dispõe sobre a substituição do Anexo nº II, da Resolução nº 103, de 03 de março de 2000, foi o rejeitado por onze votos contrários, sendo um favorável do Sr. Adilson José Abracez. A seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2014 dos Srs. Luiz Carlos de Campos, Adilson José Abracez, Luiz Gustavo Gothardo, Alfredo Chiavegato Neto e Fábio Augusto Pina, que revoga a alínea “b” do inciso VI, do Art, 17 da Lei Orgânica do Município. (Quorum de deliberação: maioria qualificada: Art. 50, § 2º, III do R.I.) Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação. Em Discussão pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que, mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que achava que as pessoas que participaram da discussão das contas de

dois mil e nove e dois mil e dez, puderam acompanhar este problema que aconteceu, as contas, no caso desses anos, tiveram parecer favorável do Tribunal de Contas e depois que deu entrada na Casa, passou-se mais de um ano, mais ou menos, as Contas para serem apreciadas na Câmara, e o responsável pelas Contas de dois mil e nove e dois mil e dez, solicitou essa aprovação por decurso de prazo, porque o parecer do Tribunal de Contas era pela aprovação, e que ia tomar a liberdade para ler mais uma vez ali o que estava sendo proposto para ser extraído da Lei Orgânica, e que era da parte da Competência Privativa, era privativo da Câmara, e leu: “Decorrido o prazo de noventa dias sem deliberação pela Câmara, as contas serão consideradas aprovadas ou rejeitadas, de acordo com a conclusão do Parecer do Tribunal de Contas.” Disse que esta era uma norma que não se aplicava mais, nos pareceres que foram apresentados nas votações daquelas contas foram bem debatidos, o chamado “decurso de prazo” e com a Constituição de oitenta e oito isso acabou, e que tinha outras maneiras agora de um projeto ser deliberado na Casa, e que era por isso que tinha que ser extraído da Lei Orgânica porque não tinha mais valor, e não tinha porque estar ali; agradeceu. A seguir, em votação Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2014 dos Srs. Luiz Carlos de Campos, Adilson José Abracez, Luiz Gustavo Gothardo, Alfredo Chiavegato Neto e Fábio Augusto Pina, que revoga a alínea “b” do inciso VI, do Art. 17 da Lei Orgânica do Município, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. Referida proposta foi encaminhada para a Ordem do Dia da Vigésima Quinta Sessão Ordinária, que se realizaria em quatro de novembro de dois mil e quatorze, uma vez a necessidade de se respeitar o interstício mínimo de dez dias, conforme Art. 192 do Regimento Interno, combinado com o § 1º do Art.40 da Lei Orgânica do Município; 2. Projeto de Lei nº 029/2014, do Vereador Luiz Carlos de Campos que dispõe sobre a cobrança pela média do consumo de água e esgoto nas formas que especifica. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em Discussão, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que mais uma vez cumprimentou a todos, dizendo que aquele projeto de lei que ele apresentou era para corrigir quando havia cobrança errada, em virtude do erro na leitura, e que queria fazer duas considerações: dificilmente, quando chegava o recibo de água, o recibo de energia elétrica, as pessoas tinham o costume de ir lá no hidrômetro ou no relógio de energia para conferir, porque a leitura que vinha estampada nos recibos, e a outra coisa, se o preço por metro cúbico fosse igual, independente

da quantidade de consumo, ou seja, como no exemplo dado, a pessoa só gastou sete metros cúbicos, suposição: oitenta centavos o valor do metro cúbico, depois a pessoa gastou quarenta e um, um e setenta o metro cúbico, e que o valor do metro cúbico dependia muito do consumo, e o caso que aconteceu era que a pessoa tinha um consumo médio de vinte e dois metros cúbicos de água por mês, e que não era maldade, ele tinha trabalhado no Departamento de Água e que sabia que acontecia a inversão de leitura, e que olhava um número e acabava colocando outro, e que isso acabava acontecendo, então, no primeiro mês deu sete metros cúbicos, deu onze e oitenta e um, o valor não era exagerado e a pessoa, às vezes era acostumada a pagar mais, foi lá e fez o pagamento desse valor, onze e oitenta e um; no mês seguinte como tinha acontecido o erro, veio quarenta e um metros cúbicos, e que o valor foi lá em cima, e que a pessoa estranhou, lhe chamou, ele foi lá e que a primeira coisa que ele olhou foi se o hidrômetro estava girando, estava parado, e que não tinha vazamento, e que falou para ele que isso era erro de leitura, e que iria ver o que poderia estar fazendo, até que ele precisou conversar com um, conversar com outro, com outro, para resolver o problema dele e que achou que foi uma coisa injusta e que se existisse uma lei dizendo como seria feito, ficaria mais fácil, por isso ele estava propondo esse projeto; disse que só pra simplificar, a primeira conta dele, que ele pagou, era onze e oitenta e um, a segunda, quarenta e um metros cúbicos, veio cento e quarenta e um e trinta e nove, se tivesse essa lei e ele acabou pagando daquela forma, também, independente da lei, mas como ele tinha falado tiveram que conversar com um e com outro, e que, na realidade, era injusto, ele pagou o que ele consumiu, só que ele pagou em duas contas de vinte e quatro metros cúbicos, e que o valor reduziu, e que se ele pagasse do jeito que foi cobrado, inicialmente, ele cobraria cento e cinquenta e sete reais e vinte centavos, e da forma como foi, seriam duas contas de vinte e quatro metros cúbicos, ele pagou noventa e oito e cinquenta, cinquenta e oito e setenta a Prefeitura recebeu no que ela forneceu no Departamento de Água, e ele pagou pelo que ele consumiu; disse que foi por isso que ele pensou em apresentar um projeto de lei para disciplinar que outros casos, independente da pessoa procurar um Vereador, ela faria a reclamação no Departamento e eles tomariam o procedimento de acordo com a lei; agradeceu; a seguir, pediu a palavra o Sr. William de Souza Silva que cumprimentou a todos, parabenizando o Vereador Bozó pela apresentação do projeto, mas que gostaria de tirar uma dúvida com ele, dizendo que havia uma norma vigente que falava, nos casos de vazamento, achava que a pessoa tinha noventa dias, e perguntou se era trinta ou noventa, e foi lhe respondido que era trinta dias, e

perguntou se aquele projeto de lei apresentado pelo Vereador, se ele falava sobre prazo, a pessoa tinha um prazo para ela ir lá e arguir, e reivindicar essa discrepância na cobrança, não? Ela iria ser regulamentada pelo Executivo, e que essa era a sua dúvida no projeto; alguém lhe informou que iria ser regulamentada pelo Executivo, e se era trinta dias, então, para o vazamento; e alguém lhe esclareceu que era sessenta dias, e ele agradeceu; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que disse que estava previsto, e que o Executivo, no caso, poderia regulamentar; o Sr. Presidente pediu um aparte, dizendo que era bom frisarem naquela legislação que o Bozó estava propondo, que hoje a cobrança, a cada cinco metros cúbicos, a partir de dez metros cúbicos, que era o mínimo, hoje era dezesseis reais e dez centavos que o contribuinte pagava pela conta, se consumisse até dez metros cúbicos; a partir de dez metros cúbicos, a cada cinco metros cúbicos, o valor do metro cúbico aumentava muito; disse que como o Luiz tinha falado e já aconteceram casos semelhantes, se havia um erro de leitura, que ele gastasse em média por vinte metros cúbicos que ele tinha nas despesas de sua casa, vinte metros cúbicos em média que se gastava, se houve um erro de leitura, podia ser que num mês ele pagasse o mínimo e no próximo mês ele pagasse a diferença do consumo que foi registrado erroneamente a mais no consumo do mês; disse que isso fazia com que o valor, supondo que se ele gastasse em média vinte reais, passasse para sessenta ou setenta reais; disse que era uma forma de que a pessoa pagasse a conta pela média; somava-se os dois consumos, dividia-se as duas contas e pagava-se pela média, e que era uma forma justa de cobrar algo que foi, talvez, por erro, do próprio Município; voltando a palavra ao Sr. Luiz Carlos de Campos este disse que quando aconteceu aquele problema, ele tinha ido verificar para a pessoa, disse que estava errado e que iria verificar para ela; disse que a pessoa que o atendeu, disse que ele não deveria ter pago, e que disse que era diferente, porque se se recebia uma cobrança num valor baixo, dizia-se “Uh! Maravilha, abaixou a conta de energia, abaixou a conta de água.” Mas se se recebeu um valor alto diferente daquilo que se pagava, aí sim, perguntaria o que estava acontecendo, será que tinha aumentado, o que foi? Não era verdade, perguntou; disse que ele pagou, e que qualquer um pagaria, e que quando veio a segunda conta, que veio o valor alto, ele o procurou; falou que a Prefeitura, no caso, poderia regulamentar, e isso tudo dependia da sanção do Executivo, a Prefeitura poderia, no caso, estar regulamentando, e no caso de vazamento seria outra regra, não seria nessa, tinha uma lei do Fred que ele apresentou que era o pagamento pela média, e que também achava justo, e o que a Prefeitura mandou alteração foi quando o vazamento não era visível, aplicava-se a lei,

porque às vezes estava infiltrando e a pessoa não percebia, e até a pessoa poderia falar que estava com defeito o hidrômetro de casa, e que eram para ir ver, que ele estava girando, ele estava com defeito; disse que só girava se passasse água, se não ele não girava; comentou que se falava para a pessoa isso, e ela dizia que não estava vazando, e que era difícil, pois às vezes infiltrava na terra e não percebia-se, e que, geralmente, era cotovelo que acontecia de estourar, só que era outro caso, no caso de vazamento, já tinha a regra, e a pessoa só tinha que atentar para não demorar e não passar o prazo, e que era até interessante, também, porque com o problema que estava de água, ficar um cano estourado com desperdício de água, e a pessoa não se atentar, então, tinha que procurar sanar o problema; agradeceu; o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu a palavra dizendo que, a título de curiosidade, era bom que todos soubessem que, em média, uma pessoa gastava em torno de duzentos litros de água/dia, para fazer o cálculo, e que era simples, a Organização Mundial de Saúde, enfim, nos cálculos para se fazer dimensionamento de rede, uma família, com todas as atividades que existiam na casa, ela gastava em média duzentos litros de água por dia e que se tivesse mais do que isso, realmente, estaria tendo desperdício ou vazamento; o Sr. Luiz Carlos de Campos pediu, novamente, a palavra, dizendo que, só para encerrar, que aquela forma de cobrança ele achava inteligente, o que era feito em Jaguariúna, ele não contestava isso, porque era para incentivar, quem consumia menos, tinha que pagar menos, e que aquele que consumia mais, iria pagar um valor mais alto por metro cúbico, e que era a forma mais correta, que era um incentivo para economia de água, que eles viam que a coisa não estava fácil; o Sr. Presidente disse, ainda, que a título de esclarecimento, também, até dois, três meses atrás, esse consumo era de dez em dez metros cúbicos, se alguém viu algum reflexo na conta, hoje era de cinco em cinco, e que as faixas de cobrança aumentaram, justamente para que houvesse uma preocupação do contribuinte em gastar menos e o Município, também, talvez, para arrecadar mais; a seguir, pediu a palavra a Sra. Rita de Cássia Siste Bergamasco que disse de fazer uma observação em relação à questão dessas leis, dessas legislações, chegarem até a população, porque a população não tinha conhecimento da legislação, e que os meios de comunicação do Município tinham que ser mais amplos no sentido de divulgar esses prazos da questão do vazamento, da questão dessa nova legislação, porque a população não tinha conhecimento, e que ficava ali sua sugestão, e que ia pedir para que sua Assessora anotasse isso para fazer um requerimento ou uma indicação na próxima sessão, mas que isso fosse divulgado nos meios de comunicação do Município. A seguir, em votação o Projeto de Lei nº

029/2014, do Vereador Luiz Carlos de Campos que dispõe sobre a cobrança pela média do consumo de água e esgoto nas formas que especifica, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei nº 039/2014, do Vereador William de Souza Silva – Zidane que inclui no calendário oficial instituindo a semana municipal de transparência pública e combate à corrupção, a ser comemorada, anualmente, na semana do dia 9 de dezembro, no Município de Jaguariúna, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer conjunto das Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Redação e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. A seguir, em Discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente determinou a leitura do seguinte Edital de Convocação: “Edital de Convocação nº 012/2014 de Sessão Extraordinária: O Vereador Alfredo Chiavegato Neto, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 23ª (Vigésima Terceira) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Única Discussão e Votação: 1. Projeto de Lei nº /2014, do Executivo Municipal, que dispõe sobre o controle do desperdício de água potável distribuída pela rede pública municipal, e dá outras providências. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 23ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, aos 14 de outubro de 2014. Vereador Alfredo Chiavegato Neto- Presidente Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani de Campos Souza Venturini - Diretora Geral”. Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, fez uso da palavra o senhor William de Souza Silva, que agradeceu aos senhores Vereadores as aprovações dos projetos, dos requerimentos, parabenizando a todos pelas proposituras; disse que gostaria de utilizar aquele final procedimental da fala para parabenizar o colega Cristiano Cecon e dizer que era uma honra poder ter conhecido a pessoa dele, durante aquele tempo que ele via o desempenho da pessoa dele na área esportiva, e via quantas crianças o trabalho dele tirava das ruas e, principalmente, do convívio das drogas, e

“Vossa Excelência” que era o termo que recebia pela dedicação, pela história dele, pelo cargo eletivo que teve como suplência, ele o parabenizava porque não era fácil, e naquele momento fazendo parte do Poder Público e lá começava a perceber que a realidade era muito mais difícil do que ele imaginava; quantas vezes o senhor Cecon deixou projetos para trás por falta de recursos, falta de apoio na Administração Pública, falta de interesse de algumas empresas, porque desempenhar aquelas atividades, ainda, eram caras no País, na Cidade e os recursos eram importantes para manterem os professores, manterem as necessidades, os materiais esportivos, o dia a dia, a alimentação dos jovens, e ele tinha a certeza de que muitas crianças gostariam de fazer parte do projeto que ele praticava na Região, disponibilizava para as pessoas, mas não conseguia acesso, ainda, pela falta de investimento, e que aquilo servisse como uma ponte para que ele pudesse melhorar e ajudar muito mais crianças, então, aquelas eram as palavras dele, que ele deixava para o senhor Cristiano Cecon, para estar podendo compartilhar e conviver com ele nos próximos trinta dias; desejou que ele desempenhasse da melhor forma possível, que Deus iluminasse o caminho dele e que desse boas idéias, e que ele pudesse levar para aquelas pessoas que precisavam da pessoa dele, da personalidade dele, da família dele; desejou tudo de bom e de melhor no exercício daquela função que a ele estava sendo confiada; parabenizou mais uma vez e desejou boas vindas; disse que gostaria de colocar lá, também, o que infelizmente ele tinha visto naquele dia e ficava indignado de perceber que algumas atitudes ainda eram arbitrárias e daquela vez não era pelo Poder Executivo, e sim, era pelo pedágio, tiveram os moradores do Tanquinho e do Bananal, recentemente surpreendidos com uma atitude da RENOVIAS que fechou o único acesso que eles tinham para fazer o retorno, pessoas que trabalhavam na ITOIL, nas empresas próximas, não conseguiam mais fazer o retorno para suas residências, sem deixar de pagar o pedágio; eram mais de vinte reais a mais no bolso daquelas famílias, por uma atitude da RENOVIAS que, simplesmente, falou que se quisessem fazer o retorno teriam de pagar e não poderiam mais passar pela cancela, então, lamentavelmente, muitas pessoas foram prejudicadas, ele teve o prazer de, naquele dia, constatar aquilo e muitas pessoas estavam reclamando e era a indignação dele que ele compartilhava com os Vereadores, que ele tinha a certeza de que fizeram campanha naquelas localidades, e precisavam fazer alguma ação naquela questão, porque muitas pessoas seriam prejudicadas com aquele fechamento antes do pedágio e a empresa não poderia e que tantos anos ficou com aquele meio de acesso, aquele retorno, aquela população local que antecedia o pedágio e sem qualquer outro tipo de alternativa aquela empresa

fechou aquele retorno, então, era uma questão que eles precisavam discutir e como ele não teve tempo, tinha sido naquela tarde, ele estava compartilhando com os demais Vereadores, porque era uma questão crítica e muitas famílias foram afetadas e aquilo aconteceu dentro do Município e a empresa não atendia os moradores, o sistema de informação de “Call Center” não funcionava, ouvidoria não funcionava, então, tinham de começar a tomar algum tipo de ação naquele sentido, até mesmo na questão do pedágio, que muitas pessoas questionavam os valores, tinham lá uma redução do valor pela placa no Município mas, aquilo, lamentavelmente, tinha acontecido no nosso Município e eles tinham de tomar providência, finalizou desejando a todos uma excelente noite e agradecendo a atenção de todos; em seguida, pela ordem de inscrição, fez uso da palavra o senhor Cristiano José Cecon que, novamente, cumprimentou os presentes dizendo que ele gostaria de agradecer a recepção de todos e comentou sobre o aumento da escolaridade no cursos superior para assessores, e que ele ficou feliz com a votação negativa, porque ele achava que o País necessitava ainda, amadurecer no quesito escolaridade, educação, para mexer, para aumentar a escolaridade, porque o País, ainda, daquela forma ele tirava oportunidades para pessoas que não tiveram aquelas oportunidades, tinham pessoas muito educadas, pessoas inteligentes que não tiveram aquelas oportunidades, porque o País não ajudou as oportunidades para aquelas pessoas e ele achava arbitrário aumentar a escolaridade para aquelas pessoas e, no futuro, quando o País destinasse para as classes mais baixas melhores condições para a educação, daí ele achava viável aquela mudança; agradeceu a todos mais uma vez pela oportunidade e pela recepção, e desejou uma boa noite; em seguida, fez uso da palavra o senhor Gerson Antonio, cumprimentando mais uma vez os presentes e dando boas vindas ao colega Cristiano, parceiro dele, praticavam esportes há vários anos juntos e ele o conhecia já de longa data e sabia da índole da pessoa dele, que era uma pessoa respeitadora, trabalhadora, que sempre cuidou lá das crianças e dar um apoio lá; agradeceu ao nobre Colega por chamá-lo para estarem fazendo um projeto junto lá, na ida deles lá na Secretaria de Esportes, ele teve a triste notícia ao olhar na parede onde ficavam os troféus que eles como atleta, o Fernando até o cobrava para ele levar os troféus que eles ganhavam por equipe para ele deixar exposto na parede e, infelizmente, na administração passada, ele não sabia qual tinha sido a pessoa que teve a excelente idéia de tirar os troféus de lá e jogar dentro de um saco de “sanito” e colocar dentro do Estádio Municipal, jogado; disse que ele foi lá depois que teve a notícia mas, estava fechado e que no dia seguinte, na quarta feira, ele estaria indo lá, novamente, para ver e não era só da Luta de Braço,

eram de várias modalidades que estavam aqueles troféus expostos na parede e foi jogado tudo fora porque estava no lixo amontoado lá no Estádio e aquilo ele acreditava que não só para ele na modalidade Luta de Braço de Ferro, como as outras modalidades, também, eles se esforçaram muito para poder ir numa cidade com toda a dificuldade que tinham, atualmente, e antigamente não era diferente; talvez fosse pior do que atualmente, para estarem conquistando aqueles troféus por equipe, estarem representando o nome da cidade, daí trocava a Administração, a Secretaria de Esportes, que ia lá, simplesmente pegava aqueles troféus que para ele não valia nada, o Secretário de Esportes fumava, bebia igual louco, que tinha lá, antigamente, e jogou todos os troféus fora, e ele achava que se ele não tinha respeito com o esporte, ele nem deveria estar em uma Secretaria de Esportes, porque o cara ia na Secretaria de Esportes, pegava todos os troféus, modalidade de Luta de Braço, Judô, enfim, todas as categorias que ganharam e que estavam expostas lá, ele jogou fora, então, ele estaria entrando com um projeto para que aqueles troféus fossem lá recuperar o que tinha de bom ainda e colocar nos parques, praças, expostos, para as crianças estarem vendo que os atletas representaram Jaguariúna e tinha lá vários troféus para eles estarem olhando também; outra coisa que ele gostaria de falar a respeito da Secretaria de Obras, já não era a primeira vez que colocavam fogo no entulho lá, estavam jogando terra, aterrando e carcando fogo, ia dizer de uma maneira bem clara mesmo, estava fogo à vontade, a população ligava para ele para reclamar, ficava um fumaceiro, porque já estava ruim, não chovia, as pessoas iam lá e tacavam fogo para estar reduzindo aquele material que estava lá, e daquela forma piorava a situação das pessoas, porque se não chovia e ainda ia lá por fogo no material que estava na Secretaria, e ele não sabia onde ia parar aquilo lá, porque estava jogando entulho e aterrando, jogando entulho e aterrando e com certeza poderia chover vários anos lá, e água lá não ia inundar mais aquele setor, porque estava bem alto e ia acabar cobrindo até aquele barracão que tinha lá do lado; a respeito, também, de um requerimento que ele tinha feito do asfalto lá na Estrada do Japonês, disse que foi feito o Jaguariúna II, o asfalto foi até às margens dele, o Um o restante entregou e tinha lá aquele asfalto, aquele trecho que o pessoal estava todo mundo usando lá e aquele asfalto não saía, também, ele concordava que a Administração passada pisou um pouco na bola, que ajudou as famílias que precisavam, mas não pensou na estrada, porque ficou muito estreito aquele trecho para poder estar fazendo, então, tinha de estar fazendo alguma coisa para poder estar fazendo aquele asfalto lá, porque não tinha a largura desejada lá para poder estar fazendo, estava quase que a mesma coisa que o bairro Roseira,

que as ruas lá eram todas estreitas, se a pessoa parasse um carro na porta da casa, outro não conseguia passar, então o engenheiro que usou lá um cipó para poder estar medindo o local e aconteceu de dar aquilo, então, a inteligência de algumas pessoas acabavam atrapalhando a vida de outras; disse ao senhor Presidente que era só aquilo que ele queria falar e que deviam tentar ver se as pessoas de boa índole, igual ao Cristiano que pegava os atletas, trabalhava, honrava, buscava honrar o nome da Cidade e outras pessoas que viriam depois, conseguissem pegar aqueles troféus que estavam lá jogados lá na Secretaria e o cara exercia o cargo de Secretário de Esportes e ele não sabia como era aquele critério para uma pessoa que pegava tudo o que da história do esporte e jogava tudo em um “sanito” de lixo; agradeceu a todos e desejou uma boa noite. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia vinte e um de outubro de dois mil e quatorze, terça-feira, com início determinado para às dezenove horas e trinta minutos, dando início, a seguir, à Sessão Extraordinária, ora convocada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.

Vereador Alfredo Chiavegato Neto
Presidente

Vereador Adilson José Abracez
Vice Presidente

Vereadora Rita de Cássia Siste Bergamasco
Primeira Secretária

LICENCIADO
Vereador Ângelo Roberto Torres
Segundo Secretário



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

CERTIDÃO

Certifico e dou fé, que a Ata da Sessão acima encontra-se devidamente assinada pela Mesa Diretora do biênio a que se refere, registrada em livro próprio e arquivada na Secretaria Legislativa desta Câmara Municipal.

Câmara Municipal de Jaguariúna, 29 de agosto de 2019

VEREADOR WALTER LUÍS TOZZI DE CAMARGO
Presidente da Câmara

